

## CONSTRUINDO ESPAÇOS: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA POTIGUAR (ANOS DE 1980)

*Adriana Cristina da Silva Patrício\**

A história das mulheres tem sido uma importante temática no campo da historiografia nos últimos tempos. Analisar as transformações de gênero e suas conseqüências ocorridas, principalmente, a partir da segunda metade do séc. XX – quando aparecem mais visivelmente – parece ser um dos objetivos de vários historiadores norteados pelo curso da nova historiografia e suas vertentes que procuram dar dimensões da vida social e cultural, destacando o cotidiano e as mentalidades dos indivíduos na história.

Estudos sobre as mulheres no Rio Grande do Norte são inúmeros. Temáticas que tratam da mulher no cangaço, na “Revolução de 1935”, na II Guerra Mundial, na contemporaneidade potiguar são freqüentemente encontradas nos centros de pesquisa da UFRN. Trabalhos acerca do Movimento Estudantil (ME) também são destacados. No entanto, não conseguimos localizar inicialmente trabalhos que tratem da participação política de militantes femininas no movimento estudantil. Os estudos que as apontam são muito superficiais e se escondem no meio da organização geral de movimento que transparece uma predominância de militantes masculinos. Este trabalho visa analisar o porquê dessa negligência, observando os espaços que esta mulher ocupou no movimento estudantil e suas representações.

De acordo com as fontes disponibilizadas para a nossa pesquisa podemos observar que a participação das mulheres no movimento estudantil potiguar remonta ainda dos anos anteriores aos governos militares, onde já podemos encontrá-las em congressos e atividades do movimento. Mas é a partir da década de 1980, com a reorganização das entidades, que vamos encontrá-las ocupando cargos de direção nas entidades de base e gerais<sup>1</sup>.

As nossas entrevistadas participaram ativamente das organizações de base das suas escolas antes de se engajarem na União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (UMES) e Associação Potiguar de Estudantes Secundários (APES).

A UMES, entidade representativa dos estudantes secundaristas da cidade de Natal, foi fundada em 1982. Até 1985 essa entidade foi dirigida por militantes estudantis ligados ao Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Em 1985, com uma maior configuração de

---

\* A autora é mestre em História pela Universidade Federal do Rio grande do Norte e professora da rede pública de ensino no município de natal/RN. Este trabalho constitui-se como parte de sua dissertação de mestrado concluída em 2007.

<sup>1</sup> As entidades de base são os grêmios estudantis e as entidades gerais são as instancias de representação municipal, estadual e nacional.

partidos atuando no ME como PT, PC do B, PCB entre outros, vamos ter uma divisão na UMES partindo de dois congressos paralelos para a entidade. A partir deste ano, os estudantes tiveram duas diretorias paralelas funcionando na cidade, ambas brigando por legitimidade nos diversos fóruns e espaços de Natal.

Em 1988 foi articulada a reorganização da entidade máxima dos estudantes secundaristas do estado do Rio Grande do Norte que teve seu congresso de reconstrução nos dias 26 e 27 de novembro deste mesmo ano. A APES foi fechada em 1964, permanecendo na ilegalidade durante os Governos Militares, o que desencadeou na sua desestruturação.

No contexto da reorganização das entidades estudantis secundaristas do RN no anos de 1980 vamos encontrar a participação feminina. Este trabalho pretende exatamente destacar essa participação partindo do estudo de fontes escritas retiradas dos arquivos das entidades, e de fontes orais.

O trabalho com a oralidade vale muito no que se refere à história contemporânea, pois dá a oportunidade ao pesquisador de colher informações dos narradores que não estão contidas em nenhuma outra fonte. No entanto, existe um tratamento especial que a metodologia com os trabalhos com fonte oral nos impõe. Ângela Gomes no seu livro *Escrita de si, escrita da história* discute como diários, cartas e memórias podem ser trabalhados na história e nos diz que:

O trabalho de crítica exigido por essa documentação não é maior ou menor do que o necessário com qualquer outra, mas precisa levar em conta suas propriedades para que o exercício de análise seja efetivamente produtivo (...) o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento. (Gomes, 2004:15)

A história oral se baseia na memória e a memória é sempre uma reconstrução, evocando um passado visto pela perspectiva do presente e marcado pelo social. O trabalho com esse tipo de documentação memorial não quer levar os historiadores a recuperação do passado – perspectiva essa impossível – e sim perceber os pensamentos, as idéias, sensações, experiências referentes ao que aconteceu devido a esta particularidade.

### **A Participação das mulheres no Movimento Estudantil**

Em 1985 Jalmira Damasceno foi eleita vice-presidente de uma das diretorias paralelas da UMES e era também presidente do Grêmio estudantil do Instituto Pte. Kennedy<sup>2</sup>. Esta

---

<sup>2</sup> Nos anos de 1990, com a nova LDB que exige nível superior para todos os professores de ensino fundamental, as escolas de magistério de Natal foram aos poucos se extinguindo. Hoje, O Instituto Kennedy é um centro de

escola pública de grande porte que se localizava na Zona Oeste de Natal era uma das principais escolas da cidade que oferecia o curso magistério a nível de 2º grau, tendo uma clientela, composta na sua grande maioria de mulheres. Jalmira Damasceno relembra que confrontos com a direção eram habituais por que:

Aquela escola era uma escola que tinha tradição de ter normalistas estudando, de ter futuras professoras, então você tinha que prezar um comportamento estudantil muito diferenciado dos outros, (...) em plena década de 80, mas não era aceitável um grupo de mulheres participar de uma passeata; um grupo de mulheres participar de uma passeata, vindo daquela escola. (...) não era mais aquela repressão porque não necessitava, mas existia um discurso repressor. E aí esse discurso repressor vinha imbuído, vinha revestido do processo formativo que a gente tava vivenciando e da posição social que a gente ia assumir depois que saíssemos dali, que íamos ser professoras. Então, um grupo de professoras faz movimento estudantil, mas faz de uma outra forma, faz pra organizar as festas, faz para manter a aula da saudade e assim vai; e aí quando a gente assume, a gente assume com outro caráter.<sup>3</sup>

Os confrontos com a direção eram habituais devido à postura que o grêmio estudantil tomava. A escola, com uma direção nomeada pelo governo do Estado que estava nas mãos do Partido democrático Social (PDS) no nome de José Agripino Maia, assumia uma postura conservadora vivenciando muitos embates com um grêmio que seguia orientações de uma corrente de oposição (MR-8) aos governistas à época. Então, práticas até então inéditas para a escola, segundo a depoente, passaram a ser questionadas pela direção como o fluxo de meninos de outras escolas para participar de reuniões e atividades do grêmio, participação em passeatas, entre outras.

Outra escola considerada uma das mais importantes no âmbito do movimento estudantil natalense, de onde surgiram muitas militantes foi a Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte. Uma das principais lideranças apontadas pelos depoentes era Heronilza Ferreira do Nascimento<sup>4</sup>, vice-presidente do grêmio em 1985. Uma das lideranças do PC do B que acabou sendo uma das referências para muitas mulheres que se engajaram no movimento posteriormente.

---

formação de professores com magistério inseridos na rede pública e privada para o provimento do nível superior. Até meados dos anos de 1990, a luta pela não extinção dos cursos de magistério era uma das bandeiras do movimento estudantil potiguar.

<sup>3</sup> Jalmira Damasceno em entrevista concedida a autora. Natal, 25 no. 2006.

<sup>4</sup> Heronilza Ferreira do Nascimento adentrou na política a partir do movimento estudantil e depois de se afastar do ME secundarista, fez movimento universitário, sindical (atuando na luta dos guardas municipais onde trabalhou por alguns anos) e mais recentemente assumia uma cadeira na comissão nacional de direitos humanos em Brasília. Durante nossa pesquisa não conseguimos entrevista-la, pois a mesma chegou a falecer precocemente no ano passado vítima de um câncer.

Da ETRN entrevistamos as militantes Ormindia Silva e Ana Cláudia de Melo, contemporâneas de militância, mas encontrando-se em grupos diferentes. Ormindia foi Diretora do Departamento de Cultura da gestão posterior a Heronilza. No congresso de Reconstrução da APES em 1988 assumiu o cargo de Diretora do Departamento Feminino.

Os anos de 1975 a 1985 marcaram a década da mulher e uma das políticas sociais dos movimentos feministas era disseminação de órgãos de representação de mulheres. O movimento estudantil seguindo também nessa linha de democratização dos espaços criou inúmeros departamentos femininos nas suas entidades de base e gerais. Esses departamentos, que aumentaram expressivamente na década de 1980, não tiveram uma ação mais direcionada porque, embora o ME tenha sido um espaço coletivo aberto a reflexão e muitas vezes onde se discutiam e questionava os padrões da sociedade e o próprio sistema vigente, segundo as militantes estudantis da década de 1980, não existiam reuniões direcionadas para discussão de gênero. Apenas na segunda metade da década, podemos observar alguns eventos direcionados feitos pela direção da UMES (ligada ao MR-8), mas, mesmo no MR-8, segundo relato de Jalmira Damasceno que atuou sobretudo entre 1983 e 1987, não havia reuniões para a discussões como essa.

Mesmo a depoente não percebendo, as orientações de seu partido vinham imbuídas de um ideal feminista quando a mesma defende o nome de Nízia Floresta para o grêmio estudantil de sua escola e quando, nas diretorias da UMES, se incentivava a participação feminina.

Na APES o Departamento Feminino também não conseguiu fazer atividades direcionadas as secundaristas, embora tenha tentando por meio do Departamento, organizar algumas diretorias encabeçadas por mulheres, a exemplo do Centro Estudantal Mossoroense (CEM). Ormindia Silva relata que na disputa pela entidade de Mossoró a diretoria da APES apoiou uma chapa dizendo: “A gente estava brigando para colocar uma presidente no CEM e nós fizemos várias reuniões só com mulheres, pra vê qual a mulher que tinha mais o perfil pra ser candidata e ela não foi presidente do CEM, mas ela entrou na diretoria”.<sup>5</sup>

Vemos neste relato uma prática de mobilização para formação de uma chapa a partir da diretoria feminina da APES que era dirigida pelo PC do B. Essa prática de utilização das diretorias consideradas estratégicas para os partidos era comum nas entidades gerais haja visto que suas composições eram feitas por diversas correntes, seguindo a proporcionalidade.

Apesar desse incentivo à formação de Departamentos Femininos, encontramos ainda nos jornalinhos da UBES e UMES modelos de estatutos tradicionais que não propunham na

---

<sup>5</sup> Ormindia Bezerra da Silva em entrevista concedida à autora. Natal/RN, 24 nov. 2006.

sua estrutura a criação destes departamentos, muito embora os depoentes relatem que na formação dos grêmios e ou na mudança dos centros cívicos o Departamento passava a ser inserido nas próprias reuniões e assembléias.

Outra importante liderança da ETFRN nos anos de 1980 foi Ana Cláudia de Melo, membro da Travessia Socialista, dissidência interna do PCBR que atuava semi-clandestinamente no PT. A mesma chegou a concorrer à presidência do grêmio, por estar grávida e este fato ser usado pela oposição, não conseguiu lograr êxito na sua campanha, onde a chapa oposta, também encabeçada por uma mulher Doriana, primeira presidenta do Grêmio da ETFRN, conseguiu se eleger.

Havia uma tentativa de democratização do movimento estudantil incentivando-se a participação feminina, no entanto, mulheres se destacando, ocupando espaços públicos também causavam surpresa e cautela nos homens segundo a afirmação das depoentes. Em entrevista, Ana Cláudia de Melo diz que:

Existia sim essa coisa do preconceito contra a participação feminina, existia, e eu senti muito esse preconceito, principalmente quando eu comecei a me tornar, assim, liderança, até então, ficava naquela... “Ah!, é muito bonitinho participar, achando o voto das mulheres e tal”... mas aí quando eu comecei a me tornar liderança, eu comecei a vê o embate que existia em relação ao fato de eu ser mulher. Aquele monte de homem ali e de repente eu como mulher querendo me tornar liderança, feriu alguns egos por ali.<sup>6</sup>

Para as militantes estudantis existia um machismo embutido que acabava dificultando a participação mais ativa das mulheres no ME. Para Maria de Lima – conhecida como Rosa – primeira mulher a presidir o grêmio da E. E. Francisco Ivo no final dos anos 1980:

Até hoje existe um machismo, só que ele é embutido. O machismo ele é embutido, então assim, ele diz: não, eu não sou machista, acho massa a participação de vocês, mas a gente percebia que eles achavam massa a participação da gente, pra gente ser as companheiras deles, pra gente namorar com eles, pra gente chamar atenção de outras pessoas em congresso quando agente ia participar, aquela coisa do vamos ver. Venha, venha que aqui tem menina bonita. Então a gente percebia que era machismo, mas quando a gente pegava no microfone pra fazer intervenção eles se amedrontavam, quando a gente tomava espaços deles eles também se amedrontavam assim, a gente percebia que sofria algum tipo de impacto, que é exatamente isso que a gente vê o choque do machismo.<sup>7</sup>

Apesar desse sentimento que muitas vezes restringia a participação mais ativa das mulheres no ME, foi no contexto dos anos 1980 que muitas delas surgiram e se destacaram no espaço político do movimento estudantil. Para Hanna Arendt a ação significa um nascimento

---

<sup>6</sup> Ana Cláudia Gomes de Melo em entrevista concedida a autora. Natal, 22 nov. 2006.

<sup>7</sup> Maria de Lima Alves (Rosa) em entrevista concedida a autora. Natal, 12 nov. 2006.

para o mundo e pensando assim a autora diz que “é com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano”. (Arendt, 1999:189)

A fala é um dos instrumentos de comunicação mais eficazes para se expressar idéias. O ato de discursar é a marca registrada nos movimentos políticos, os quais envolvem coletividade, pois é a partir dele que o sujeito e o grupo no qual ele se insere podem expressar suas idéias e convicções. Para Fraga:

O fato de representar alguém, ou seja, de sua fala expressar a fala de um coletivo, de elaborando e criticando normas para fazer valer o interesse de um coletivo (seja de um pequeno grupo, com uma entidade estudantil ou partido político), sendo o interlocutor, que necessita desenvolver o poder de argumentação, o articulador, que requer inserir-se em diferentes grupos sociais, o mediador, que demanda status e reconhecimento de sua ação; tudo isso são qualidades e atributos de um ator social que vivenciou ou vivencia instituições de representação política... (Fraga, 2000:275)

Como o espaço político do movimento estudantil era baseado em reuniões, assembleias, congressos e passeatas, o ato de discursar tornava-se extremamente necessário para a viabilização dessas atividades políticas. As reuniões eram extensas, duravam 5, 6 horas e os militantes se revezavam nas inscrições para expor suas idéias. As vezes repetindo-as. O fato de discursar e falar era importante no ritual da reunião, servia para demarcar espaço, expor os militantes e as idéias do grupo. Quando chamamos de ritual as atividades do movimento estudantil como reuniões, assembleias e congressos, concordamos com as contribuições de Fraga que analisa a assembleia como um ritual político afirmando que “o ritual não é algo espontâneo, mas sim minimamente planejado, razão pela qual é um momento extraordinário construído pelos membros de uma comunidade e voltado para a mesma”(Fraga, 1998:237). Observamos, segundo as descrições dos protagonistas, que as reuniões estudantis eram minimamente articuladas pelos grupos de militantes. O discurso era articulado e apresentado como instrumento de convencimento, em que se destacava a idéia do grupo, dado a isso, sempre pronunciado na primeira pessoa do plural (nós) para evidenciar idéias coletivas.

Para poder formular esses discursos, fazia-se mister preparar-se politicamente e a leitura junto com os cursos de formação compunham parte importante do cotidiano estudantil. Porém, nem todos os militantes se interessavam pela prática da leitura. Os estudos políticos ficavam restritos a uma parte da militância, principalmente aquela engajada em organizações de esquerda, a qual cumpriam uma formação, uma disciplina.

O discurso feminino era algo que chamava atenção no coletivo, pois não era habitual ainda mulheres falando em público, se posicionando no mesmo patamar que os homens. Nos grupos políticos havia esse sentimento contraditório de machismo, do medo masculino da

mulher se destacar como principal liderança, ao mesmo tempo que esse grupo “masculinizado” tentava ser liberal, democrático e incentivava as mulheres a usar o discurso, a assumir esse papel de destaque para chamar atenção para o próprio grupo, para seduzir os ouvintes e assim agregar cada vez mais integrantes. Nesses atos a mulher nascia para o movimento e como diz Arendt:

Se a ação, como início, corresponde ao fato do nascimento, se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, de viver como ser distinto e singular entre iguais. (Arendt, 1999:191)

O movimento estudantil como um movimento social baseia sua forma de agir na ação. A ação que é privilégio exclusivo do homem, uma atividade política por excelência e como diz Hannah Arendt:

A ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria, corresponde a condição humana da pluralidade, ao fato de que homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política.(...) A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista e venha a existir. (...) A ação, na medida em que empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. (Arendt, 1999:15-16)

Vemos nessa afirmação que a atividade coletiva dos indivíduos é uma ação política e que a contribuição humana nos diversos grupos da sociedade é que caracteriza a construção da história. Como espaço da política, o movimento estudantil tem suas particularidades. Os jovens sentem a necessidade da ação coletiva e normalmente se engajam em grupos na sociedade como, por exemplo: grupos de jovens de Igreja, tribos *hippies*, *dark's*, e no movimento estudantil entre outros. O movimento estudantil secundarista, por ocorrer geralmente na juventude, passa a ser a primeira instância de participação organizada dos sujeitos sociais. Fraga (1996) na sua análise sobre o movimento estudantil considera três características próprias e esse movimento que são: a possibilidade de ser a primeira participação de forma organizada na sociedade, a temporalidade da condição de estudante e o caráter geral de suas bandeiras de luta. (Fraga, 1996:5).

O estudante tem um tempo determinado para estar no movimento estudantil, seu período de estudo, no nosso caso o estudo secundário, que normalmente vai até os 17 anos de idade. As bandeiras de luta dos estudantes, por mais específicas que sejam, como, por

exemplo, a luta por melhores condições físicas de uma escola, passam pelo âmbito geral, haja visto que a condição da educação é fruto de toda uma política de âmbito municipal, estadual e nacional.

No início da década de 1980, a luta dos estudantes, como da sociedade em geral, era a defesa da democratização do país. Essa luta por democracia passava a nortear a atuação de alguns estudantes que procuravam se engajar no movimento estudantil de suas escolas. Os militantes procuravam questionar as posições que consideravam arbitrárias e em desacordo com seus interesses, levando-os a freqüentes embates com as direções das escolas. Esta situação de confronto ocorreu durante todo o início da década de 1980. Por sua vez, não podemos generalizar e dizer que o ME tinha só essas características, pois em muitas escolas a direção conseguia também articular alunos para fazer movimento junto aos seus interesses. No caso das lideranças que confrontavam com as direções, essas normalmente eram perseguidas, chegando até a serem expulsas ou transferidas das suas escolas como foi o caso dos militantes Rogério Marques que foi expulso da E. E Atheneu Norte-riograndense, João Maria de França transferido da E. E. prof. Francisco Ivo Cavalcante, devido aos constantes confrontos com as direções, entre outros. Os militantes estudantis nos seus depoimentos relembram suas trajetórias marcadas por eventos que subvertiam a ordem da época. Quebrar com normas como de exigência obrigatória de fardamento, disciplina e até condutas eram corriqueiros no ME, o que causava os conflitos de militantes com as direções de escola. Jalmira Damasceno lembra de uma ação no Instituto Kennedy:

Então foi quando ela proibiu [a diretora], eu me lembro demais dessa grande ação – hoje em dia a gente ri da ação – que ela proibiu que a gente usasse os instrumentos da banda na passeata que a gente saía do Kennedy, encontrava com o pessoal na ETFRN, eu não me lembro como foi essa passeata, qual o ano, mas foi uma passeata, foi antes de 85, que ela era uma passeata que ia ter o comício das *Diretas* (...) e a gente fez essa passeata do movimento, aí a gente arrombou a sala e levamos os instrumentos. Aí pronto isso foi um ato extremamente subversivo.<sup>8</sup>

Esse é apenas um exemplo das diversas ações que os estudantes consideram como subversiva naquela década. Os depoimentos orais vêm imbuídos de (re)significação dos acontecimentos registrados pela memória. O ator expressa a sensação do período mencionado. Muitos, quando vão citar suas experiências, adjetivam como banais, bestas, entre outros, mas tentam demonstrar que para o momento vivido essas experiências tinham um outro sentido e significado que não os de hoje.

---

<sup>8</sup> Jalmira Damasceno em entrevista concedida à autora. Natal, 25 nov. 2006.

No final da década de 1980, além de Doriana na ETFRN, Maria de Lima Alves (Rosa) também é eleita como primeira mulher a presidir o grêmio Emanuel Bezerra da Escola Estadual Francisco Ivo Cavalcante. Esta é uma escola de 1º e 2º grau de grande porte, localizada na Zona Oeste da cidade do Natal que inclusive era referência para as demais escolas da região. Maria Alves também nos relata que assumiu a secretaria da UMES neste período. Aluizia Freire, uma de nossas entrevistadas, também era militante estudantil oriunda desta escola. E posteriormente foi fazer um outro 2º grau na Escola Estadual prof. Luiz Antônio, com curso de magistério, continuando no ME secundarista até meados dos anos de 1990.

### **Representação feminina nos fóruns representativos do movimento estudantil secundarista nos anos de 1980**

Para fazer uma análise dessa participação feminina mostraremos abaixo um quadro representativo das mulheres nas direções das entidades estudantis secundaristas municipal e estadual, mostrando o percentual desta participação.

<b>REPRESENTAÇÕES</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>%</b>
1º encontro Municipal dos Estudantes Secundaristas	25	08	24%
Diretoria paralela da UMES (85/87)	09	06	40%
Diretoria paralela da UMES (85/87)	–	–	–
Diretoria paralela da UMES (87/89)	13	02	13%
Diretoria paralela da UMES (87/89)	12	10	45 %
Comissão Pró-congresso da APES	11	02	15%
Diretoria da APES (1988)	16	03	16%

Nas gestões e atividades dirigidas pelos militantes do PT, PCB e “independentes” encontramos uma média de participação feminina de cerca de 22% dos participantes.

Segundo os dados apresentados e os relatos orais, podemos notar que este grupo não tinha discussão prévia de redemocratização do espaço entre os gêneros. As mulheres que ocupavam cargos ou apareciam no ME eram aquelas que se destacavam como liderança política, que despontavam em suas escolas e em conseqüente nos outros fóruns do ME. Essa, inclusive, pode ser considerada uma das causas do número menor de participantes mulheres ocupando os cargos de direção.

Em nossa análise, baseada na fala de militantes de ambos os grupos, esta direção tinha uma discussão política mais profunda, no entanto, as discussões sobre gênero não se apresentavam em meios aos estudos dos grupos. No que se refere a eventos destinados a mulheres ou pautas femininas encontramos apenas o pedido ao *fim da discriminação da mulher* como a última reivindicação aprovada no 1º Encontro municipal dos Estudantes secundaristas realizado na Escola Estadual Atheneu Norte-riograndense em 1986. Segundo a ata do evento secretariado por Francisca das Chagas de Melo, cerca de um quarto das assinaturas dos presentes eram de mulheres.

Já na diretoria da UMES paralela dirigida pelo MR-8, o número de mulheres ocupando cargos era mais expressivo. Este grupo tinha uma maior atenção à participação feminina no Movimento Estudantil, pois o partido tinha participação ativa no movimento feminista da cidade.

Embora não tenhamos dados para avaliar a média de mulheres das duas diretorias consecutivas da UMES ligadas ao MR-8, podemos concluir a partir da análise da política implementada por essa diretoria, com encontros realizados para mulheres secundaristas, por exemplo, que as atividades voltadas a participação feminina eram mais intensas. Existia uma política, já influenciada pelas outras esferas do Partido de incentivar essa participação.

Como muitos partidos de esquerda ainda estavam na ilegalidade em meados da década de 1980, a atuação das mulheres feministas da cidade estavam centradas no PMDB. No livro de Risolette Fernandes (2004) é traçada a trajetória do movimento feminista potiguar onde em 1981 há o 1º Encontro da Mulher Natalense coordenado pelo Centro da Mulher Natalense. Em 1982 houve uma divisão no movimento feminista e o MR-8 criou uma nova entidade, a Federação da Mulher Potiguar, tendo como principal destaque a militante feminista Rosângela Maria de Melo, conhecida como Rosa, que foi candidata a vereadora e a deputada nas eleições de 1984 e 1986, com o apoio da diretoria da UMES ligada ao MR-8.

### **Representação de mulheres na diretoria da UBES**

Se compararmos a participação das mulheres nas direções da UBES, vamos observar que havia uma maior adesão das mulheres ocupando cargos de liderança nas esferas locais. Como podemos notar no quadro que segue, a participação de mulheres nas diretorias da União Brasileira de Estudantes Secundaristas eleitas nos congressos era ainda menor que a potiguar.

<b>Diretorias eleitas em congresso nacional</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERES</b>	<b>%</b>
XXI CONUBES (1982)	15	02	12%
XXIII CONUBES (1984)	16	03	16%
XXIV CONUBES (1985)	-	-	-
XXV CONUBES (1986)	18	01	5%
XXVI CONUBES (1987)	13	03	19%
XXVIII CONUBES (1989)	19	03	14%

A participação de mulheres na política nacional estudantil manteve-se estável durante toda a década de 1980. Se compararmos a realidade do RN, podemos notar que no estado e no município de Natal a ocupação dos cargos nas entidades representativas locais eram mais expressivas. Esta realidade pode ser explicada se levarmos em consideração que assumir a esfera pública já era um desafio para as mulheres que tinham inúmeros empecilhos para adentrar neste espaço, além do que, uma diretoria nacional implicava em reuniões, viagens, congressos fora do Estado, situação difícil de lidar para os militantes masculinos e para as militantes femininas que tinham mais restrições no âmbito familiar, desafio ainda maior. As militantes estudantis, falando de suas experiências na participação de congressos nacionais, relatam as dificuldades para a participação, discussões com as famílias, entre outros problemas. Em entrevista, Jalmira Damasceno diz:

A proibição chegava ao extremo de eu ter que participar de um CONEG em Brasília e sair daqui com a roupa do corpo. Peguei o ônibus, Claudionor assinou, forjou a assinatura porque antigamente a gente não podia sair do Estado sem a assinatura do Juizado de Menor. Ele forjou a assinatura da minha mãe. A gente conseguiu e eu fui pra o ônibus, eu fui pra Brasília só com a roupa do corpo e a gente passou três dias lá. Um vestindo a roupa do outro porque era importante, porque era um Conselho de Entidades Nacionais e a gente tava naquela briga de qual era a entidade que ia ser reconhecida.

Nesta fala, a depoente mostra algumas práticas do ME para a participação no Conselho de Entidades Gerais que reunia os grêmios de todo o Brasil. Falsificar assinatura para o secundarista, muitas vezes menor de idade, era algo comum no seio do movimento, embora fosse um crime previsto em lei.

Nos encontros estudantis, embora tenhamos uma participação menos expressiva de mulheres no quadro de composição das diretorias da UBES, encontramos uma Presidenta eleita no XXIV Congresso da entidade nacional, Selma Oliveira. Secundarista do Amazonas, Selma foi Diretora do Departamento feminino da UBES em 1992, Diretora de Imprensa em 1994 e Presidente em 1985. Do restante da diretoria da gestão que presidiu não tivemos

acesso. Mas na gestão posterior de 1986, eleita no XXV CONUBES, encontramos apenas uma mulher ocupando exatamente o departamento feminino.

Muito embora, como já exposto, as mulheres tivessem várias barreiras que atrapalhassem sua entrada e permanência na política, assumir cargos na condição feminina também causava surpresa e destacava a militante entre as demais jovens. Os depoentes femininos e masculinos enfatizam com orgulho em suas falas a posição da mulher nos cargos de representação estudantil. Mas embora tenhamos esse quadro de incentivo e admiração pela participação feminina, as militantes enfrentaram muitos conflitos no espaço político do ME.

### **Entre o público e o privado os conflitos da participação feminina no ME**

Inúmeros foram os conflitos que as mulheres passaram para inserção e permanência no ME. O movimento Estudantil como espaço político deu as condições para que essas mulheres vivessem esses conflitos e refletissem sobre suas condições de vida. Dessa forma, durante toda a nossa análise, vamos observar como a esfera privada da vida da militante acaba inferindo na esfera pública do movimento, fazendo com que o espaço político do ME enquadre ambas as esferas.

Muitos historiadores trabalham a história das mulheres separando estes dois espaços públicos e privados, mostrando os conflitos nestas duas esferas separadamente. Baseados em Hanna Arendt, nós compreendemos que estes espaços realmente podem ser vistos separadamente em determinados momentos da história como na antiguidade. No entanto, a atualidade constituiu-se de transformações que mudaram a vida e as práticas dos homens e mulheres, funcionando sob novas prerrogativas, mudando a história. Sob as esferas públicas e privadas Arendt nos diz:

A elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse 'coletivo'. No mundo moderno, as duas esferas recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo de vida. (Arendt, 1999:42)

Os movimentos sociais são demonstrações claras dessa afirmação quando vemos os interesses até pouco tempo considerados pessoais ou individuais unirem muitas pessoas com uma identificação coletiva para reivindicar direitos na esfera pública. O movimento estudantil e o próprio movimento feminista são exemplos desta afirmação.

## **O movimento estudantil como espaço heterogêneo: Consenso X Conflito**

Nos anos 1980 o discurso sobre a importância da mulher ocupar os espaços públicos, de dividir tarefas domésticas com os homens era consensual, embora na prática, devido as heranças culturais que separava os gêneros masculinos e femininos na sociedade e que influenciou suas formações, a prática no movimento estudantil não tenha condizido com o discurso.

As experiências aqui relatadas mostram as múltiplas práticas vivenciadas por militantes femininas na década de 1980. Como o espaço político do ME engloba inúmeros conflitos, essas práticas não podem ser consideradas homogêneas, pois é múltipla. O movimento estudantil concentra esses conflitos por ser um espaço em que se misturam discurso e prática.

Embora os militantes avaliem que nos anos de 1980 não havia discussões e debates diretos em torno da temática “gênero” no movimento estudantil – já que essa terminologia passou a ser difundida, mas precisamente nos anos de 1990 – suas falas mostram que o discurso sobre a democratização dos espaços e a participação feminina eram frequentes. Esse discurso vinha imbuído da discussão de gênero, com discussões voltadas para as transformações dos papéis sociais do masculino e do feminino na sociedade.

Na fala de Jalmira Damasceno, por exemplo, podemos ver algumas discussões que as mulheres faziam naquele momento.

A não virgindade já começava a ser discutida nos grupos. O não casamento também era uma coisa que a gente discutia. Essa coisa do não casamento já era algo que estava em processo naquela época. As meninas que participavam do movimento, elas tinham também esse discurso contra esse posicionamento machista. Então, eram mulheres que estavam, eram meninas que já estavam lutando pela sua profissão, pela independência profissional, já havia uma discussão. Então assim, dentro das pessoas que faziam movimento havia esse comportamento, muito embora a grande maioria tenha depois casado e tenha formado – constituído – família e tendo até uma vida tradicional mesmo, nada muito diferente, não existe essa diferença.<sup>9</sup>

O Movimento estudantil era o espaço político da discussão, onde as mulheres refletiam sobre seus papéis sociais. Muito embora, esse discurso não tenha se concretizado como tal e que muitas delas tenham vivido de forma diferenciada do que pensavam.

Os militantes homens também partilhavam desse discurso transformador. Em entrevista, Glacio Menezes, militante da Travessia Socialista nos fins dos anos 1980 relata que:

---

<sup>9</sup> Jalmira Damasceno em entrevista concedida a autora. Natal, 25 nov. 2006.

A gente tinha aquela visão muito de quebrar com a cultura do machismo, aquela questão da virgindade. Então a gente também fazia debates sobre essas questões. Passava fitas que a gente pegava na TV Memória Popular e resgatava um pouco esse debate sobre a questão da virgindade, de que a virgindade não era uma coisa muito importante. Alguns, acho que até se aproveitavam dessas coisas, mas outros não. Acho que o pessoal que estava de linha de frente tinha realmente o compromisso em travar um debate sério, de, inclusive, discutir a própria questão do machismo do homem ter que dividir as tarefas de casa. A gente já debatía sobre essas coisas, da importância de dividir a tarefa de casa pra que a mulher também tivesse um espaço de atuação na vida política, no movimento estudantil.<sup>10</sup>

Observamos que o discurso para democratização do espaço político estava presente na fala de todos, como uma das características da própria cultura política dos militantes estudantis que lutavam por transformações sociais e culturais na sociedade que defendiam direitos iguais, uma sociedade alternativa em que os homens tivessem liberdade para suas escolhas, sem tabus e preconceitos, que não compreendiam mais a virgindade como um pré-requisito ao casamento, considerando este um valor pequeno-burguês<sup>11</sup>, como também não se via mais o casamento civil e religioso necessário à união de duas pessoas. Enfim, o discurso concensual entre todos os gêneros naquele momento.

Mas o conflito se apresentava quando este discurso não se concretizava. A ex-militante estudantil Ana Claudia fala dos problemas que enfrentou quando estava grávida e se candidatou à presidência do grêmio da ETRN em 1989:

*Eu perdi muitos votos por causa desses boatos, o pessoal ficava: Ah! Ela tá grávida, não vai ter condições de assumir o grêmio, não sei o que... e aí de última hora lançou-se esse chapão bomba, que era esse nome mesmo “Chapão Bomba”, (...) e ganhou a eleição nessa onda Ah! Somos independentes, vamos tirar esse povo do PT daqui e tal... e ganharam a eleição nessa onda e de que também Ah! Ana Cláudia tá grávida, Ana Cláudia não tem condições de tomar conta do grêmio não, são dois anos de gestão, ela vai tomar conta do menino pequeno dela.<sup>12</sup>*

Ana Cláudia de Melo também estava na Travessia Socialista onde as discussões sobre a divisão das tarefas eram importantes para a participação política das mulheres, como falou o depoente anteriormente. No entanto, no relato da militante a prática não se mostrou condizente com o discurso na hora em que sua filha nasceu e ela não conseguiu dividir e conciliar suas funções familiares com a prática militante. A filha realmente a afastou do movimento. A condição de mãe se sobrepôs a de estudante e de militante.

---

<sup>10</sup> Glácio Menezes em entrevista concedida à autora. Natal, 30 jun. 2004.

<sup>11</sup> Chamavam-se assim algumas práticas tidas como reacionárias e conservadoras que eram baseadas no sistema capitalista.

<sup>12</sup> Ana Cláudia Gomes de Melo em entrevista concedida a autora. Natal, 22 nov. 2006.

Acabei me afastando quando a Mariana nasceu, ela hoje está com 17 anos. Meus pais nunca aceitaram o fato de eu estar no Movimento Estudantil. O meu ex-companheiro então, que era o pai da minha filha, (...) e era do movimento também não me apoiava muito. Então, assim, por incrível que pareça, mesmo sendo do movimento, não me dava o apoio necessário e não dividia as tarefas comigo. Então, eu até queria continuar participando, mas pra continuar participando, eu tinha que ter alguém em casa que me ajudasse, que minha família não me ajudava. Disse: *Olha! pra participar do movimento eu não fico com o bebê pra você ir pra reunião, pra esses cantos, não. Fico pra você estudar. Pra ir pra movimento não.* E Valério era aquela coisa... (...) Ele queria sempre estar participando e pra isso eu tive que optar, e minha opção foi ficar realmente com a minha filha, que eu não ia ficar o tempo todo me ausentando e a família toda em cima, todo mundo reclamando, enfim, essas coisas. Então, realmente, eu fui forçada a deixar o movimento.

Na fala da depoente observamos que não eram só os problemas com o companheiro que interferiam na sua militância, como também a relação com a família era bastante conflituosa.

Os secundaristas que participavam do ME, na sua grande maioria, moravam com os pais. Com o engajamento no ME o militante acabava muitas vezes se prejudicando na escola por deixar os estudos em segundo plano e priorizar as atividades políticas do grêmio, da entidade estadual e/ou municipal. Embora muitas vezes despontasse na sala por saber se expressar melhor e conseguir boas notas, a ausência na aula acabava prejudicando suas notas e seus estudos. Esse fato, além de mudanças de comportamento influenciadas pela idade juvenil e pela coletividade do ME, acabavam criando conflitos nas relações familiares. Embora esses conflitos atingissem praticamente todos os militantes, as mulheres sentiam uma pressão ainda maior por terem seus comportamentos mais resguardados pela família que tentava preservar valores morais e culturais, formando a adolescente dentro dos padrões destinados ao gênero feminino com a representação simbólica esposa – mãe – dona-de-casa já discutida por Margareth Rago (1985). Maria Alves (Rosa) relatando de sua experiência no ME com sua irmã diz:

Eu e minha irmã Neide a gente enfrentou muitas coisas. A minha mãe, ela achava que a UMES era o próprio diabo. Acho que até hoje ela ainda acha isso. Ela achava isso, mas agente brigava. As vezes, a gente mentia dizendo que não ia pra reunião da Umes – era de 2 horas da tarde no sábado e era um horário até bom. Não era de noite, não era nada de mais – mas a gente mentia pra poder ir. Ela não via com bons olhos, nem ela, nem meu pai, eu acho que nenhum dos pais das meninas que participavam do movimento estudantil. Olha! Se o homens não eram vistos com bons olhos, imagine as mulheres, no final da década de 1980.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Maria de Lima Alves (Rosa) em entrevista concedida à autora. Natal, 12 nov. 2006.

A depoente exprime no relato acima a representação que parte da sociedade tinha sobre as militantes estudantis naquele período. Essas representações se formavam devido o comportamento diferenciado que as militantes apresentavam para a sociedade, de discutir e tentar quebrar tabus e preconceitos; além das imagens pejorativas que se tinha das mulheres envolvidas na política, discutindo em torno de muitos homens, viajando, em passeatas, enfim, inúmeros espaços públicos proibidos por muito tempo para as mesmas.

Muitas estudantes comungavam dessa visão e às vezes não se interessavam em participar de grupos políticos. Essas imagens acabavam repercutindo nos seus próprios pais que muitas vezes tentavam afastar seus filhos do ME e até não permitir que eles participassem. Muitos acabaram não se engajado no ME por pressões familiares, como também, não era difícil encontrar casos de militantes que acabavam rompendo com a família, até saindo de casa e procurando apoio no próprio movimento estudantil e nos partidos que estavam inseridos. Ana Cláudia de Melo e Jalmira Damasceno já citaram casos anteriormente sobre fugas de casa para congresso, por exemplo.

Na maioria das vezes, as militantes inventavam formas de participar e conciliar os conflitos com a família. Apenas nos casos em que as pressões eram mais fortes e a militante sentia-se apoiada pelo grupo é que as decisões de sair de casa se concretizavam. Como as militantes secundaristas, na maioria das vezes, não trabalham, sendo totalmente dependentes da família, a segurança de sair de casa se dava quando esta via no grupo uma base para tomar esta decisão, ou seja, ir morar temporariamente na casa de alguém, ou em algum lugar cedido ou arranjado pelo grupo.

As relações dos militantes do ME eram imbricadas de laços políticos e afetivos. A cumplicidade partilhada pelos militantes expandia o sentimento de identidade com o grupo. Criava-se uma relação de irmandade familiar que unia os grupos e em contraponto a isso, também criava-se um atrito com o grupo oposto que também ultrapassava muitas vezes a esfera política chegando a confrontos pessoais. Esses sentimentos eram partilhados por todo o grupo de militantes. Em entrevista, Walter Junior relata:

Eu me apaixonei por uma garota que o nome dela era Nani. Ela era militante do MR-8, e foi muito sério, porque, por exemplo, por nós namorarmos (...) e tanto ela como eu passamos a ser tanto quanto excluídos do grupo porque éramos tidos como aqueles que estavam espionando, quer dizer, o que o outro estava pensando. Então a nível de relação era muito complicado, e não [se] conseguia distinguir isso. Ou era de um grupo, ou era de outro.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Walter Junior em entrevista concedida à autora. Natal, 2002.

Vemos nesta afirmação como as esferas se imbricavam, o espaço político do Movimento era formado por todas essas relações que misturavam objetividades, subjetividades, razão, sentidos, estratégias e sentimentos.

Podemos ver dessa forma como a política militante reunia esferas públicas e privadas, como na verdade essas esferas eram uma só que se esfacelavam em múltiplas e se uniam no mesmo espaço, que também acaba se (re)significando a cada prática, se transformando, se constituindo político através da pluralidade.

O próprio corpo, na arte da sedução, era prática utilizada no espaço político do ME. Homens e mulheres utilizavam a malícia, a sedução para cooptar novos estudantes para o movimento. Neste aspecto, por uma questão cultural na formação dos símbolos sexuais relacionados ao feminino, as mulheres eram as mais indicadas a fazer essa cooptação pela sedução. Numa fala já citada anteriormente Maria Alves (Rosa) fala de um Machismo embutido que os militantes resguardavam quando incentivavam a participação feminina para que as mulheres fossem suas companheiras, ou fossem figuras atrativas de seu grupo. Essa prática era confirmada, no entanto, temos que observar que era uma postura assumida também pelas mulheres, partilhada e reforçada. As militantes acabavam usando esse poder de sedução para realizar atividades importantes para todo o grupo.

Alguns pesquisadores da história das mulheres (Farge Apud Soihet, 1997) evitam usar o binômio dominação/subordinação como terreno único do confronto entre os gêneros. As mulheres fazem sentir suas atuações a partir de outros contrapoderes – maternal, o social e a própria sedução – apesar da dominação masculina.

O Movimento Estudantil secundarista – um espaço múltiplo, consensual, conflituoso – como o primeiro espaço de atuação política vivenciado pelas mulheres estudadas neste trabalho é recordado como uma experiência importante nas suas vidas. Foi a partir desse espaço político que essas mulheres acabaram compreendendo a política como essencial as suas vidas, e essa concepção foi importante inclusive para a escolhas e os espaços por elas ocupados hoje na sociedade. A formação militante lhes ajudou a repensar seus papéis sociais, inclusive, de suas condições de gênero em outras temporalidades como nos anos de 1990 e nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A REPÚBLICA. p. 2, Natal, 9 mar. 1986.
2. Ana Cláudia Gomes de Melo em entrevista concedida a autora. Natal, 22 nov. 2006.
3. ARENDT, Hanna. *A condição Humana*. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
4. ATA do primeiro Encontro Municipal de Estudantes Secundaristas. Natal, 11 out. 1986. Ginásio Dr. Cláudio Machado – Solidade II – Natal/RN.
5. CERTIDÃO do registro da diretoria da APES eleita no Congresso de Reconstrução. 2º Ofício de Notas. Natal/RN.
6. DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, RN, 30 ago. 1988. Edital de Convocação.
7. FERNANDES, Maria Rizolete. *A história oficial omite, eu conto: mulheres em Luta no Rio Grande do Norte de 1980-2000*. Natal/RN: EDUFRN, 2004.
8. FRAGA, Maria da Conceição. *Estudantes, cultura e política*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
9. FRAGA, Maria da Conceição. *Memória articulada e memória publicizada: a experiência de parlamentares brasileiros*. Fortaleza, 2000 (Tese).
10. FRAGA, Maria da Conceição. Ritual e símbolo na política estudantil. In: BARREIRA, et al (Org.). *Cultura e política: tecidos do cotidiano brasileiro*: Fortaleza: EUFC, 1998.
11. Glácio Menezes em entrevista concedida à autora. Natal, 30 jun. 2004.
12. Jalmira Damasceno em entrevista concedida a autora. Natal, 25 no. 2006.
13. JORNAL DA UMES, p. 1, dez. 1987
14. Maria de Lima Alves (Rosa) em entrevista concedida a autora. Natal, 12 nov. 2006.
15. Ormindá Bezerra da Silva em entrevista concedida à autora. Natal/RN, 24 nov. 2006.
16. PATRÍCIO, Adriana C. S. *Estudantes em perspectiva: movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Norte (1982-1992)*. 2002. Monografia (Graduação em História - UFRN). Natal.
17. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplina: Brasil 1890-1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
18. SOIHET, Rachel. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, Neuma (org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. Col. Gênero. v. 05
19. UBES. *Boletim da UBES*. Mai. 1983.
20. UBES. *Boletim*. Órgão de divulgação da UBES. N. 4. Set./Out. 1985.
21. UBES. *Estudante em Marcha*. Órgão oficial da UBES. Ano 1, n. 2, jun./jul. 1984
22. UBES. *Estudante em Marcha*. Órgão oficial da UBES. Ano 3, n. 7. 1986.
23. UBES. *Estudante em Marcha*. Órgão oficial da UBES. Ano 4, n. 9. 1987.
24. UBES. *Estudante em Marcha*. Órgão oficial da UBES. Out/nov. 1989.
25. UMES. Manual do Grêmio estudantil: Projeto UMES Ação Urgente. Gestão “Mãos à Obra” (87/89).
26. UMES. *Umes pela Base*. Suplemento do órgão oficial da UMES. Natal/RN. 1º sem. 1988.
27. Walter Junior em entrevista concedida à autora. Natal, 2002.